



**Correio Manhã**

05-03-2010

**Periodicidade:** Diário

**Classe:** Informação Geral

**Âmbito:** Nacional

**Tiragem:** 136180

**Temática:** Justiça

**Dimensão:** 1196

**Imagem:** S/Cor

**Página (s):** 1/4 e 5

**Pinto Monteiro**  **marcou despacho contra fugas**

PÁGS. 4 E 5

**DESCONFIANÇA ■ AMBIENTE ENTRE MAGISTRADOS ESTÁ A FERROE FOGO**

# Despacho do PGR com assinaturas diferentes

■ Procurador-geral entregou decisão do Supremo aos procuradores de Coimbra e de Aveiro com marcas para apanhar fugas de informação



● EDUARDO DÂMASO/TÂNIA LARANJO

**P**elo menos um dos quatro despachos de Pinto Monteiro, procurador-geral da República, entregues a João Marques Vidal, procurador de Aveiro, e Alberto Braga Temido, procurador distrital de Coimbra, tinham diferenças nas assinaturas. Diziam respeito ao arquivamento das suspeitas sobre Sócrates ter um plano para controlar a Comunicação Social, após a decisão de Noronha Nascimento, que mandara destruir as escutas que envolviam o primeiro-ministro, e terão sido marcados para apanhar eventuais autores das fugas de informação.

O cuidado tido neste caso é inédito na Justiça, e revela a desconfiança latente no próprio Ministério Público, onde todos desconfiavam de todos. Aliás, isso ficou bem patente nas declarações de Pinto Monteiro quando um dos despachos foi tornado público.

O procurador-geral da República chegou mesmo a enunciar os receptores do seu despacho nos órgãos da Justiça, deixando a suspeita de que algum daqueles magis-

trados teria passado a informação. A crise provocada pela proposta de investigação a José Sócrates promete mesmo deixar marcas, conforme também ficou evidente no comunicado tornado antontem público pelo Conselho Superior do Ministério Público, que embora revele um apoio às decisões de Pinto Monteiro deixa bem claro que também os magistrados de Aveiro e de Coimbra agiram no cumprimento da lei.

Recorde-se ainda que Pinto Monteiro também não entregou aos conselheiros os quatro despachos que o próprio já referiu ter produzido no âmbito das certidões emitidas pelo MP de Aveiro. O motivo terá sido o receio de aqueles despachos pudessem ser tornados públicos, o que demonstra igualmente a falta de confiança num órgão de cúpula do Ministério Público. Na ocasião, Pinto Monteiro apenas distribuiu uma cronologia sobre a sua intervenção no processo e os dois despachos de Noronha Nascimento.

O *Correio da Manhã* sabe que o despacho de Pinto Monteiro divulgado em alguns órgãos de Comunicação Social é uma cópia que tem o nome do procurador-geral da República, mas que não está assinada. Este facto iliba, à partida, as pessoas enunciadas por Pinto Monteiro como destinatárias do seu despacho que estão fora dos serviços da Procuradoria-Geral da

República, como é o caso de João Marques Vidal, procurador de comarca do Baixo Vouga, e Alberto Braga Temido, procurador distrital da cidade de Coimbra.

Outra questão relevante, que terá de ser definida pelo De-

partamento de Investigação e Acção Penal (DIAP) é o próprio objecto do inquérito.

À partida, a violação do segredo de justiça não deve sequer colocar-se. O despacho do procurador-geral Pinto Monteiro não está, nem nunca esteve, em nenhum processo-crime, e é mais próximo de um documento administrativo. ■



**PMENORES**

● **PROCESSO EM COIMBRA**  
 As investigações por violação do segredo de justiça estão a cargo do MP de Coimbra. O objectivo foi preservar a comarca de Aveiro, já que o processo foi ali investigado

● **SEGREDO MÁXIMO**  
 Na primeira informação feita por Tófilo Santiago a dar conta das suspeitas de atentado contra o Estado de Direito, aquele pediu ao procurador para que o processo fosse tratado como sendo de segredo máximo.

● **SOUBERAM DA ESCUTA**  
 As autoridades acreditam que a 25 de Junho, Rui Pedro Soares e Paulo Penedos souberam que estavam sob escuta. Além de outros elementos de prova, a Judiciária garante que desde esse dia as conversas se alteraram.

João Marques Vidal também marcou os mandados de busca



BASTONÁRIO | FORTUNAS

O bastonário da Ordem dos Advogados afirmou ontem que "há pessoas nos mais elevados cargos públicos a acumular fortunas de uma forma escandalosa"



RELAÇÃO | VIOLAÇÃO DO SEGREDO

Pinto Monteiro aceitou que uma das certidões extraídas fosse enviada para o Supremo. Estão em causa os magistrados da Relação que terão dado a conhecer decisão a Manuel Godinho

MOURAZ LOPES | FISCALIZAR

O juiz Mouraz Lopes valorizou os mecanismos de prevenção e fiscalização do fenómeno da corrupção, propondo uma "fiscalização especial" das parcerias público-privadas



Pinto Monteiro e Noronha Nascimento concordaram no arquivamento das suspeitas

## Partidos acertam lista de audições

A Comissão de Inquérito ao negócio PT/TVI é quase um dado adquirido, e a lista de audições está a ser ponderada. Apesar de o procurador-geral da República se ter disponibilizado para prestar esclarecimentos, a sua presença não é certa. O deputado do PSD Pedro Duarte afirmou que o partido ainda não se debruçou sobre a situação, e atirou: "Ainda não deu entrada qualquer pedido formal [de Pinto Monteiro], não respondemos a recados de jornal." Da parte do Bloco de Esquerda, José Manuel Pureza manifestou disponibilidade para analisar esta possibilidade, desde que o negócio seja "cabalmente esclarecido". Já João Oliveira, do PCP, considerou que não é ao PGR que se deve exigir "responsabilidades políticas."

### SAIBA MAIS

#### DESTRUIR ESCUTAS

Noronha Nascimento mandou destruir as escutas que envolviam José Sócrates. No entanto, aquelas ainda não terão sido destruídas, aguardando-se a decisão do Tribunal de Aveiro, onde as mesmas se encontram.

#### 4

Pinto Monteiro fez quatro despachos a propósito das certidões emitidas no processo 'Face Oculta'. Mas só um deles diz respeito às escutas que envolviam José Sócrates.

#### 25

Foi o dia-chave, em Junho, que marcou a mudança nas conversas dos arguidos. A partir desse dia todos os intervenientes disseram que José Sócrates desconhecia o negócio da TVI.

#### SEGREDO DE JUSTIÇA

Está longe de ser pacífico se os despachos de Pinto Monteiro, que determinaram o arquivamento administrativo das suspeitas, estão cobertos pelo segredo de justiça.

## Procurador marcou os mandados

Os mandados de detenção entregues aos arguidos no dia da operação 'Face Oculta' foram igualmente marcados para apanhar os violadores do segredo de justiça. A RTP acabou por mostrar imagens de um deles, e João Marques Vidal, procurador de Aveiro, reconheceu a quem pertencia, já que tinha colocado nas margens sinais de pontuação diferentes ao longo das folhas. Neste caso, foi rapidamente deduzida acusação, já tendo sido inclusivamente marcado o julgamento. Aquele foi adiado porque Paulo Costa, sucateiro, requereu a realização de perícias. O arguido nega ter feito cópias dos mandados e garante desconhecer como é que a RTP obteve cópias menos de 24 horas depois da operação da Polícia Judiciária de Aveiro.